

Ata Número dois

Reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas, reuniram, na Reitoria da Universidade de Lisboa, os membros do Conselho Geral da Universidade de Lisboa.

Estiveram presentes os membros que constam da lista de presenças anexa à presente ata. Verificada a existência de quórum, deu-se início à reunião, em conformidade com a ordem de trabalhos constante da convocatória enviada a todos os membros.

O Presidente do CG designou o Conselheiro José Luís Zêzere para o coadjuvar na preparação da ata da presente reunião, nos termos do nº 2 do artigo 10º do Regimento do CG.

Esteve igualmente presente o Reitor, Prof. Doutor Luís Ferreira, nos termos do nº 2 do artigo 21 dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

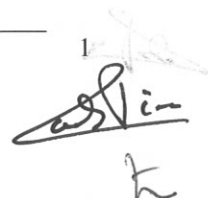
A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações Gerais;
2. Alteração do valor de Propina para Estudantes Internacionais no Mestrado Integrado da Faculdade de Medicina;
3. Informações sobre a atividade na Universidade de Lisboa.

1. Informações Gerais

Dando início aos trabalhos, o Presidente do CG deu as boas-vindas a todos os Conselheiros presentes e começou por informar que a ata da reunião anterior não seria votada, uma vez

REITORIA

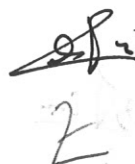
1

h

que na última reunião deste órgão tinha sido dado um voto de confiança para a elaboração da mesma.

2. Alteração do valor de Propina para Estudantes Internacionais no Mestrado Integrado da Faculdade de Medicina

O Presidente do CG passou a palavra ao Reitor que procedeu à justificação do pedido de alteração do valor da propina do Mestrado Integrado da Faculdade de Medicina (FM) para Estudantes Internacionais. Explicou que, até este ano, não era possível admitir Estudantes Internacionais no referido curso da Faculdade de Medicina, motivo pelo qual não havia sido proposto antes um valor devidamente fundamentado. Com a abertura dessa possibilidade pelo Governo, a FM propõe a fixação da propina no montante de 18.000 euros, em substituição dos 13.000 euros inicialmente aprovados, por entender que este valor reflete mais corretamente os custos reais do curso. O Reitor referiu que este novo montante é equivalente ao valor praticado por várias instituições públicas com cursos de Mestrado Integrado de Medicina, com exceção da Universidade do Porto cuja propina tem o valor de 16.500 euros.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Paulo Granjo, que manifestou o seu desconforto relativamente à proposta apresentada. Relembrou que o tema já havia sido debatido anteriormente no contexto geral da fixação dos valores das propinas e sublinhou que, embora se trate de estudantes internacionais, as aulas são lecionadas em português. Acrescentou que a procura por parte de estudantes brasileiros é reduzida, sendo composta, maioritariamente, por estudantes oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa, os quais enfrentam significativas dificuldades socioeconómicas. Considera que o valor aprovado de 13.000 euros, idêntico ao do ano anterior, continua a ser adequado, uma vez que os custos não sofreram um aumento significativo no período em questão. Alertou ainda para o impacto negativo que tal decisão poderá ter na imagem da Universidade de Lisboa, defendendo que esta não deve necessariamente alinhar-se com os valores praticados por outras instituições.



REITORIA

2

O Conselheiro Luís Pires Lopes tomou a palavra para esclarecer o conceito de estudante internacional. Destacou que uma parte significativa destes estudantes é de nacionalidade brasileira, procurando obter um diploma europeu. Referiu ainda o aumento do número de estudantes provenientes de outros contextos, nomeadamente dos Estados Unidos da América, para quem os custos de frequência em Portugal são consideravelmente inferiores aos praticados nos seus países de origem e defendeu que os estudantes internacionais devem ser financeiramente responsáveis pela sua formação, de modo a que os encargos daí resultantes não recaiam sobre os estudantes nacionais nem sobre os contribuintes portugueses.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Carlos Gouveia que sublinhou a necessidade de inserir os estudantes oriundos dos PALOP num regime distinto, tendo em conta a sua realidade socioeconómica. Destacou que muitos destes estudantes enfrentam situações de pobreza extrema e abandono por parte dos seus países de origem, o que torna o seu percurso académico particularmente desafiante. Defendeu, por isso, a necessidade de medidas específicas que promovam o acesso e a permanência destes estudantes no ensino superior.

Tomando a palavra, o Conselheiro Rui Tato Marinho destacou a excelência do curso de Mestrado Integrado de Medicina, que forma médicos altamente qualificados e confere acesso a um diploma europeu. Referiu que, apesar do valor da propina poder parecer elevado, deve ser considerado o elevado custo de formação decorrente, nomeadamente, do rácio de quatro alunos por professor. Sublinhou ainda que o curso integra aulas em inglês, reforçando a sua internacionalização e atratividade para estudantes de diversas nacionalidades.

Pedindo a palavra, o Conselheiro Jorge Maia Alves defendeu que é essencial assegurar que os estudantes oriundos dos PALOP não sejam prejudicados. Sublinhou a importância de encontrar soluções e acordos que permitam o seu acesso à Universidade de Lisboa sem que sejam sujeitos a encargos financeiros excessivos. Reforçou ainda que não se pode exigir que os estudantes nacionais ou os contribuintes portugueses assumam os custos da formação de estudantes internacionais.

Seguiu-se a intervenção do Conselheiro Alexandre Miguel Gonçalves, que manifestou preocupação relativamente aos custos associados à receção de estudantes internacionais, em particular dos PALOP. Assinalou que, em muitos casos, tal situação pode comprometer os interesses dos estudantes nacionais, sublinhando que frequentemente os países de origem destes estudantes não assumem a responsabilidade financeira pela sua formação, o que gera um encargo para a Universidade e, de forma indireta, para os contribuintes portugueses, diminuindo assim os recursos disponíveis para apoiar os estudantes nacionais.

A Conselheira Ana Ribeiro esclareceu que os estudantes oriundos dos PALOP, ao abrigo dos acordos de cooperação portuguesa, beneficiam de um contingente especial de bolsas. Estes estudantes podem candidatar-se ao curso de Medicina e, uma vez admitidos, ingressam na instituição nas mesmas condições dos estudantes nacionais. Aqueles que não conseguem ingresso por esta via podem candidatar-se a apoios através de organizações como a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Camões.

Em resposta às intervenções anteriores, o Reitor confirmou que os estudantes oriundos dos PALOP são considerados estudantes internacionais. Contudo, explicou que, devido aos diversos acordos de cooperação existentes com esses países, a grande maioria destes estudantes - cerca de 80% a 90% - ingressa na instituição nas mesmas condições que os estudantes nacionais. Salientou ainda que foi criado, com o apoio dos Serviços de Ação Social (SAS), um sistema destinado a assegurar que nenhum estudante se encontre em situação de carência.

Por último, o conselheiro Miguel Afonso salientou que, embora compreenda os argumentos relativos aos custos relativos ao curso de Mestrado Integrado de Medicina, é fundamental sublinhar que o aumento das propinas constitui um obstáculo adicional ao acesso e à frequência no ensino superior. Esta medida pode agravar ainda mais as dificuldades no acesso à educação.

Seguidamente o Presidente do CG colocou a votação a proposta do Reitor para **Alteração do valor de Propina para Estudantes Internacionais no Mestrado Integrado da Faculdade de Medicina**. Feita a votação, o resultado apurado foi o seguinte: proposta aprovada por maioria, com 11 votos a favor, 2 abstenções e 7 votos contra.

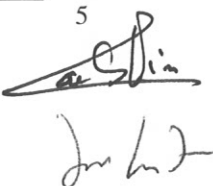
3. Informações sobre a atividade na Universidade de Lisboa

No ponto três da ordem de trabalhos, o Presidente do CG deu a palavra à Conselheira Carlota Gonçalves que fez uma breve apresentação dos trabalhos da Comissão de Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar, na ausência da Professora Luísa Schmidt, Presidente da Comissão. Explicou que a Comissão iniciou as suas atividades com o levantamento das iniciativas sobre este tema junto das 18 escolas da Universidade, já em curso. Este diagnóstico inicial permitiu perceber o ponto de partida da Universidade em termos de sustentabilidade, destacando boas práticas que poderão servir de referência para ações futuras. A Comissão promoveu contactos com as Associações de Estudantes, de que resultou a organização de um evento e o lançamento de um inquérito para avaliar as perceções sobre o tema. Referindo-se ao 1º Encontro da Sustentabilidade da ULisboa, evento que teve uma grande participação, destacou o apoio das AE's e da Vice-Reitora Profª Cecília Rodrigues, bem como da subdiretora da FCUL, Profª Margarida Santos Reis. A Comissão espera que o trabalho desenvolvido tenha continuidade e que a Universidade de Lisboa se torne um modelo na promoção da sustentabilidade. Concluiu dizendo que o documento enviado aos Conselheiros sintetizava as principais atividades da Comissão, documento que se anexa à presente ata.

De seguida, o Presidente do Conselho Geral passou a palavra ao Reitor, que prestou as seguintes informações:

- Destacou o lançamento do Sistema Integrado de Investigação Científica, que já reúne cerca de 10.000 referências bibliográficas, sendo um importante instrumento de visibilidade da produção científica da Universidade.
- Relativamente aos rankings internacionais, mencionou a subida da Universidade de Lisboa nas áreas de Economia e Gestão, com destaque para o ISEG, ultrapassando outras

REITORIA



instituições portuguesas em diversos indicadores. Também foi referido o bom desempenho do Departamento de História da Faculdade de Letras.

- Anunciou a assinatura de um protocolo com a Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito do Instituto de Sustentabilidade, envolvendo o ISEG, IST, ISA e FC.
- Na área da saúde mental, foi destacada a criação de uma linha de emergência e a realização da Semana do Bem-Estar, prevista para o início de abril.
- Anunciou a abertura das inscrições para o novo Programa de Doutoramento em *Planetary Health*, um programa interdisciplinar focado em saúde e ambiente.
- Anunciou a reabertura do Pavilhão de Portugal, que estava prevista para o final de abril.
- explicou que a Universidade de Lisboa participará novamente na Futurália, entre os dias 26 e 29 de março.
- Salientou que, pela primeira vez, os stands das escolas da Universidade de Lisboa e dos Serviços Centrais estarão juntos na próxima edição da Feira do Livro de Lisboa, reforçando a presença institucional da Universidade no evento.
- Por fim, referiu-se ao processo eleitoral em curso, com eleições marcadas para os dias 31 de março e 1 de abril.

Antes de terminar a reunião, o Presidente do CG, considerando a possibilidade de não se realizar uma nova reunião deste Conselho Geral, solicitou um voto de confiança para a elaboração da Ata da presente reunião, o que foi aceite por todos os Conselheiros.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião às dezoito horas e trinta minutos.

O Presidente,



Eng.º Carlos Alberto Brito Pina

O Conselheiro,



Professor José Luís Zêzere